

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES
QUIROGRAFÁRIAS E NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA
ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**

São partes ("Partes") neste "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Quirografárias e Não Conversíveis em Ações da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A." ("Escritura de Emissão"):

- I. como emissora das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures") e ofertante:

ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S.A., companhia aberta, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 – Torre Olavo Setubal, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 61.532.644/0001-15, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Emissora");

- II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"):

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown - Barra da Tijuca, CEP 22640-100, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 36.103.876/0001-91, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

que resolvem celebrar esta Escritura de Emissão de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

- 1.1 A emissão das Debêntures e a Oferta Restrita (conforme definida abaixo) são realizadas com base nas deliberações tomadas na reunião do conselho de administração da Emissora realizada em 18 de maio de 2010 ("RCA Oferta"), com base no artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

2. REQUISITOS

- 2.1 A emissão das Debêntures e a Oferta Restrita (conforme definida abaixo) serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:
- I. *arquivamento e publicação dos atos societários relacionados à Oferta Restrita.* A ata da RCA Oferta será protocolada na JUCESP em 19 de maio de 2010 e será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Valor Econômico", edição regional de São Paulo, em 20 de maio de 2010, respectivamente;
- II. *registro desta Escritura de Emissão.* Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ser registrados na JUCESP, nos termos do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações;



Títulos, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada por meio da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP. Os Módulos SDT e SND, respectivamente, são administrados e operacionalizados pela CETIP. Não obstante o disposto no item (b) deste inciso, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409") e nos termos do artigo 4º da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") ("Investidores Qualificados"), nos mercados regulamentados de valores mobiliários e após decorridos 90 (noventa) dias de sua respectiva subscrição ou aquisição por Investidores Qualificados; e

- IV. *registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM")*. A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro de distribuição pública na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por tratar-se de oferta pública com esforços restritos de colocação.

3. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

- 3.1 A Emissora tem por objeto social apoiar as empresas de cujo capital participar, através de: (a) estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e os projetos de expansão das aludidas empresas; (b) mobilização de recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco; (c) subscrição ou aquisição de valores mobiliários que emitirem, para fortalecimento da respectiva posição no mercado de capitais; (d) arrendamento de imóveis de que necessitarem; e (e) atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas sociedades, excetuadas as privativas de instituições financeiras.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 Os recursos obtidos pela Emissora com a Oferta Restrita serão utilizados integralmente como parte do pagamento pela aquisição de até 56.476.299 (cinquenta e seis milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, duzentas e noventa e nove) ações ordinárias de emissão do Itaú Unibanco Holding S.A..

5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA RESTRITA

- 5.1 *Colocação*. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação destinada exclusivamente a Investidores Qualificados, sob o regime de melhores esforços, nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação de Debêntures Quirografárias e Não Conversíveis em Ações da Primeira Emissão Pública da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A." ("Contrato de Distribuição"), com intermediação do Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder"), instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, devendo a Oferta Restrita ser efetivada de acordo com o Plano de Colocação (conforme definido abaixo) e com o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo) ("Oferta Restrita").

- 5.2 *Coletas de Intenções de Investimento (Bookbuilding).* Será adotado o procedimento de *bookbuilding*, organizado pelo Coordenador Líder, por meio da coleta de intenções de investimento, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição da Remuneração (conforme definido abaixo), observado o disposto abaixo ("Procedimento de Bookbuilding"). O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão.
- 5.3 *Subscrição.* No ato da subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando, dentre outros, que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão.
- 5.4 *Plano de Colocação.* O Coordenador Líder organizará a colocação das Debêntures perante os Investidores Qualificados, em atendimento aos procedimentos descritos na Instrução CVM 476 ("Plano de Colocação"), o qual será fixado mediante atendimento dos seguintes termos:
- I. não será permitida a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores;
 - II. o público alvo da Oferta Restrita é composto por Investidores Qualificados e para fins da Oferta Restrita, todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados;
 - III. somente será permitida a procura, pelo Coordenador Líder, de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados;
 - IV. as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados;
 - V. os Investidores Qualificados deverão subscrever Debêntures que representem um valor mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
 - VI. não existirão reservas antecipadas ou fixação de lotes mínimos ou máximos, devendo a Oferta Restrita ser efetivada de acordo com o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, podendo ser levadas em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica do Coordenador Líder e da Emissora, observado, entretanto, que o Coordenador Líder (i) compromete-se a direcionar a Oferta Restrita para Investidores Qualificados que tenham perfil de risco adequado; e (ii) observará os limites descritos nos incisos III e IV acima; e
 - VII. não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.
- 5.5 *Forma de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas de acordo com os procedimentos da CETIP.
- 5.6 *Forma e Preço de Integralização.* As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização") e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (conforme definido abaixo) até a Data de Integralização ("Preço de Integralização").
- 5.7 *Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND, observado o disposto no inciso III da Cláusula 2.1 acima.

6. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

- 6.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a primeira emissão pública de debêntures da Emissora.
- 6.2 *Valor Total da Emissão.* O valor total da emissão é de até R\$1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais) na Data de Emissão, sem considerar as Debêntures Suplementares (conforme definido abaixo) e as Debêntures Adicionais (conforme definido abaixo).
- 6.3 *Quantidade.* Serão emitidas até 14.000 (quatorze mil) Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais.
- 6.4 *Debêntures Suplementares.* Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada pela Instrução CVM n.º 482, de 5 de abril de 2010 ("Instrução CVM 400"), a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Adicionais) poderá ser acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 2.100 (duas mil e cem) Debêntures suplementares ("Debêntures Suplementares"), destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente seja constatado no decorrer da Oferta Restrita, conforme opção outorgada pela Emissora ao Coordenador Líder, no Contrato de Distribuição, que somente poderá ser exercida pelo Coordenador Líder em comum acordo com a Emissora.
- 6.5 *Debêntures Adicionais.* Nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares) poderá ser acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 2.800 (duas mil e oitocentas) Debêntures adicionais ("Debêntures Adicionais"), que somente poderão ser emitidas pela Emissora em comum acordo com o Coordenador Líder.
- 6.6 *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$100.000,00 (cem mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").
- 6.7 *Séries.* A emissão será realizada em série única.
- 6.8 *Forma.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pela Itaú Corretora de Valores S.A, prestadora de serviços de escrituração das Debêntures ("Instituição Depositária", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder a Instituição Depositária na prestação dos serviços previstos nesta Cláusula) e, adicionalmente, para as Debêntures custodiadas no SND, será expedido, pela CETIP, extrato em nome do Debenturista que servirá de comprovante de titularidade das Debêntures.
- 6.9 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações.
- 6.10 *Espécie e Limite de Emissão.* As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações. Tendo em vista que, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, (i) o capital social da Emissora é de R\$13.000.000.000,00 (treze bilhões de reais); e (ii) não existem outras debêntures de emissão da Emissora em circulação, o limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações está atendido.
- 6.11 *Garantia.* A Oferta Restrita não contará com garantias.
- 6.12 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de junho de 2010 ("Data de Emissão").

6.13 *Prazo e Data de Vencimento.* Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de junho de 2013 ("Data de Vencimento").

6.14 *Amortização do Valor Nominal Unitário.* O Valor Nominal Unitário das Debêntures será pago e amortizado em 3 (três) parcelas anuais e sucessivas, conforme tabela abaixo:

Amortização	Data da Amortização	Parcela do Valor Nominal a ser Amortizado (%)
1ª Amortização	01/06/2011	30%
2ª Amortização	01/06/2012	35%
3ª Amortização	01/06/2013	35%
Total	- x -	100%

6.15 *Remuneração.*

6.15.1 *Atualização Monetária.* O Valor Nominal Unitário não será atualizado.

6.15.2 *Juros.* Sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento de juros anterior, até a data do próximo pagamento de juros, juros remuneratórios correspondentes a um percentual a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding* da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra-grupo calculada e divulgada, diariamente, pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), sendo a taxa máxima inicial correspondente a 109,5% (cento e nove e cinquenta centésimos por cento) da Taxa DI ("Taxa Inicial"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"). A Remuneração será calculada em regime de capitalização composta, de forma *pro rata temporis*, por dias úteis, e será paga, anualmente, a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de junho de 2011 e o último na Data de Vencimento, na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, ou na data em que ocorrer o resgate antecipado das Debêntures.

6.15.3 A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNA \times (\text{FatorDI}-1)$$

onde:

J = valor dos Juros Remuneratórios devidos ao final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNA = Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = produtório das Taxas DI, com uso de percentual aplicado da data de início de capitalização (inclusive) até a data de cálculo (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

n_{DI} = número total de Taxas DI consideradas na atualização do ativo, sendo " n_{DI} " um número inteiro; e

"p" = percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais, equivalente a 109,5% (cento e nove e cinquenta centésimos por cento).

TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

O fator resultante da expressão $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores diários estando acumulados, considera-se o fator resultante FatorDI com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

Define-se "Período de Capitalização" como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão (exclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para o pagamento da Remuneração imediatamente anterior (exclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento da Remuneração correspondente ao período (inclusive). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. O valor da Remuneração será agregado ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures para efeito de apuração do saldo devedor das Debêntures. O pagamento da Remuneração será exigível somente no final de cada Período de Capitalização, sem prejuízo dos demais vencimentos previstos nesta Escritura de Emissão.

- 6.15.4 Observado o disposto na Cláusula 6.15.5 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente, acrescida do percentual aplicável, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.
- 6.15.5 Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembléia Geral de

Debenturistas (conforme definida na Cláusula 9 abaixo), a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data de término do prazo de qualquer um dos eventos previstos no início desta Cláusula, para deliberar, de comum acordo com a Emissora e, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração ("Remuneração Substitutiva"). Até o momento da definição da Remuneração Substitutiva ou da definição, pela Emissora, entre o disposto nos incisos I ou II abaixo, conforme o caso, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente, acrescida do percentual aplicável, calculada *pro rata temporis*. Caso os Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, não aprovem a Remuneração Substitutiva proposta pela Emissora, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de encerramento da Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere esta Cláusula, qual a alternativa escolhida:

- I. a Emissora deverá resgatar e, conseqüentemente, cancelar, antecipadamente a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de encerramento da Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere esta Cláusula, pelo saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, calculada *pro rata temporis*, até a data do seu efetivo pagamento, utilizando-se, para cálculo da Remuneração aplicável ao resgate e conseqüente cancelamento previsto neste inciso, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente, acrescida do percentual aplicável, sendo que o resgate a que se refere este inciso não será acrescido de prêmio ou penalidade de qualquer natureza; ou
- II. a Emissora deverá amortizar integralmente a totalidade das Debêntures em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento e o prazo médio das amortizações originalmente programadas das Debêntures, utilizando-se, para cálculo da Remuneração aplicável, durante o prazo de amortização das Debêntures previsto neste inciso, a periodicidade do pagamento da Remuneração prevista na Cláusula 6.15.3 acima, e uma Remuneração Substitutiva definida pelos Debenturistas e apresentada à Emissora na Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere esta Cláusula, a qual, se for referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

6.16 *Repactuação.* As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

6.17 *Resgate Antecipado Facultativo*

6.17.1 A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 18º (décimo oitavo) mês contado da Data de Emissão ("Prazo para Resgate Antecipado") proceder ao resgate antecipado das Debêntures em circulação ("Resgate Antecipado"), mediante publicação de "Aviso aos Debenturistas" no jornal Valor Econômico, edição regional de São Paulo, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data de pagamento do resgate antecipado, a qual deverá obrigatoriamente constar do "Aviso aos Debenturistas" ("Data de Exercício do Resgate Antecipado").

6.17.2 O Resgate Antecipado parcial deverá ser realizado mediante sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações e, para as Debêntures registradas no SND, conforme procedimentos adotados pela CETIP, através de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

6.17.3 O Resgate Antecipado parcial ou total será realizado mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, acrescido de prêmio calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = d/D * 0,50\%$$

sendo que:

P= prêmio a ser pago em valor percentual sobre o valor de resgate;

d= quantidade de dias entre a data do Resgate Antecipado e a Data de Vencimento;

D= quantidade de dias entre a data de início do Prazo para Resgate Antecipado e a Data de Vencimento.

6.17.4 Seja qual for a opção da Emissora, a CETIP deverá ser avisada da realização do resgate antecipado (parcial ou total) com pelos mesmos 2 (dois) dias de antecedência da data de sua efetivação.

6.18 *Aquisição Facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação por preço não superior ao saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.

6.19 *Encargos Moratórios.* Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido relativamente a qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios").

6.20 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período

relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

- 6.21 *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora, por intermédio da CETIP, ou, ainda, por meio da Instituição Depositária para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP. Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Instituição Depositária e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, toda a documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos em lei.
- 6.22 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados bancários nacionais, sábados ou domingos.
- 6.23 *Vencimento Antecipado.* Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.23.2, 6.23.3 e 6.23.4 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (e, ainda, no caso do inciso I abaixo, dos Encargos Moratórios, de acordo com o previsto na Cláusula 6.23.4 abaixo), na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"):
- I. não pagamento, pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou a esta Escritura de Emissão na respectiva data de pagamento prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data do respectivo vencimento;
 - II. no caso de (a) decretação de falência da Emissora, da Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú Unibanco Holding"), do Itaú Unibanco S.A. ("Itaú Unibanco") e/ou do Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA") e, em conjunto com a Itaú Unibanco Holding e com o Itaú Unibanco, "Subsidiárias Relevantes"; (b) pedido de autofalência pela Emissora e/ou por qualquer das Subsidiárias Relevantes, conforme aplicável; (c) pedido de falência da Emissora e/ou de qualquer das Subsidiárias Relevantes formulado por terceiros não elidido no prazo legal, ou, ainda, pedido de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, também não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora e/ou de qualquer das Subsidiárias Relevantes, conforme aplicável, que não estejam sujeitas ao disposto na Lei n.º 6.024, de 13 de março de 1974, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (e) intervenção, liquidação, dissolução ou, conforme o caso, extinção da Emissora e/ou de qualquer de suas Subsidiárias Relevantes;
 - III. protesto de títulos contra a Emissora no mercado local ou internacional, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) (ou seu contravalor em outras moedas), exceto se, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do protesto, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que

- (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro; ou (b) o protesto foi cancelado;
- IV. alteração do controle (conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), direto ou indireto, da Emissora, exceto na hipótese que a agência de classificação de risco mantenha a classificação de risco (*rating*) atribuída à Oferta Restrita;
- V. aprovação de incorporação, fusão ou cisão da Emissora, exceto na hipótese que (i) a agência de classificação de risco mantenha a classificação de risco (*rating*) atribuída à Oferta Restrita; ou (ii) apenas empresas do mesmo grupo econômico da Emissora estejam envolvidas;
- VI. vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras contraídas pela Emissora ou por qualquer de suas Subsidiárias Relevantes, no mercado local ou internacional, não sanado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data estipulada para pagamento de qualquer dívida da Emissora e/ou de qualquer de suas Subsidiárias Relevantes, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) (ou seu contravalor em outras moedas);
- VII. redução do capital social da Emissora, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada pela maioria dos titulares de Debêntures em circulação, em atendimento ao disposto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- VIII. descumprimento de qualquer decisão judicial contra a Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) (ou seu contravalor em outras moedas);
- IX. alteração do objeto social da Emissora conforme disposto em seu estatuto social, que afete de forma material e adversa a capacidade da Emissora de adimplir com as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
- X. descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados da data de comunicação do referido descumprimento (a) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (b) pelo Agente Fiduciário à Emissora, dos dois o que ocorrer primeiro;
- XI. transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- XII. cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, exceto se a operação (a) tiver sido previamente aprovada por titulares de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação; ou (b) decorrer de operação de incorporação, fusão ou cisão que não constitua um Evento de Inadimplemento;
- XIII. distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- XIV. anulação, nulidade ou inexequibilidade quanto à emissão das Debêntures;
- XV. caso a Emissora deixe de ter o controle direto ou indireto de uma ou mais Subsidiárias Relevantes (ou quaisquer sociedades que venham a sucedê-las); ou

XVI. não observância pela Emissora do seguinte índice financeiro a ser calculado anualmente com base nos dados do primeiro trimestre de cada ano fiscal ("Índice e Limite Financeiro"):

- (a) Endividamento Financeiro Líquido/(Dividendos + JCP) menor ou igual a 3,50x.

6.23.1 Para os fins do disposto no inciso XVI acima:

"Endividamento Financeiro Líquido": significa o endividamento financeiro deduzido do saldo de caixa e das disponibilidades financeiras da Emissora;

"Dividendos": significa o valor recebido de todas as empresas em que detém participação, a título de dividendos, relativo ao período de 12 (doze) meses encerrado ao final do primeiro trimestre de cada ano.

"JCP": Significa o valor recebido de todas as empresas em que detém participação, a título de Juros sobre Capital Próprio, relativo ao período de 12 (doze) meses encerrado ao final do primeiro trimestre de cada ano.

6.23.2 Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nos incisos I, II, VI, XI, XII, XIII e XIV da Cláusula 6.23 acima, que deverão ser imediatamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

6.23.3 Ocorrendo quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 6.23.2 acima), que deverão ser imediatamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto nas Cláusulas 8.5 e 8.5.1 abaixo, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que constatar sua ocorrência, Assembleia Geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida Assembleia Geral de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida Assembleia Geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

6.23.4 Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração (e, no caso do inciso I da Cláusula 6.23 acima, dos Encargos Moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 3 (três) dias úteis contados da data de declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

6.24 *Publicidade*. Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Valor Econômico", edição regional de São Paulo, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores (*internet*), sempre imediatamente após a ciência do ato a ser divulgado, devendo os prazos para manifestação dos Debenturistas, caso seja necessário, obedecer ao disposto na legislação em vigor, nesta Escritura de Emissão ou, na falta de disposição expressa, ser de, no mínimo, de 10 (dez) dias contados da data da publicação do aviso. A

Emissora poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

- 6.25 **Comunicações.** As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços abaixo em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado. Eventuais prejuízos decorrentes da não comunicação quanto à alteração de endereço serão arcados pela parte inadimplente, exceto se de outra forma previsto nesta Escritura de Emissão.

I. para a Emissora:

Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100

Torre Conceição – Piso Metro (Lado Azul)/Torre Conceição – 7º andar (Lado Azul)

CEP 04344-902 São Paulo, SP

At.: Sr. Carlos Zanelato / Reginaldo José Camilo

Telefone: (11) 5019-8100 / 5019-1430

Fac-símile: (11) 5019-8103 / 5019-1051

E-mail: relacoes.investidores@itausa.com.br

II. para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida das Américas, 500 – bloco 13 – Grupo 205

Condomínio Downtown - Barra da Tijuca

CEP 22640-100 Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Gustavo Dezouart T. Pinto

Telefone: (21) 3514-0000

Fac-símile: (21) 3514-0099

E-mail: gustavo@oliveiratrust.com.br / agente@oliveiratrust.com.br

III. para Banco Mandatário:

Banco Itaú S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Torre Itaúsa

CEP 04344-902 São Paulo, SP

At.: Sra. Cláudia Carlin

Tel.: (11) 5029-1910

Fax: (11) 5029-1920

E-mail: claudia.carlin@itau-unibanco.com.br

IV. para a Instituição Depositária e Agente Escriturador:

Itaú Corretora de Valores S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar

CEP 04538-132 São Paulo, SP

At.: Sra. Cláudia Carlin

Tel.: (11) 5029-1910
Fax: (11) 5029-1920
E-mail: claudia.carlin@itau-unibanco.com.br

V. para a CETIP:

CETIP – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos S.A.

Rua Libero Badaró, 425 – 24º andar
CEP 01009-000 São Paulo, SP
At.: Sr. Fabio Benites
Tel.: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3111-1563
E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1 A Emissora está adicionalmente obrigada a:

I. fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) em até 90 (noventa) dias da data de cada encerramento social, (i) cópia das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e demais normas de consolidação emitidas pela CVM, acompanhadas do relatório da administração e do parecer de auditoria ou relatório de revisão especial dos auditores independentes, bem como (ii) declaração do Diretor de Relações com Investidores atestando o cumprimento integral das disposições previstas nesta Escritura;
- (b) cópia das demonstrações financeiras consolidadas com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer de auditoria ou relatório de revisão especial dos auditores independentes;
- (c) com a mesma periodicidade de envio dessas informações à CVM, as informações previstas na Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009 (ou qualquer outra instrução da CVM que vier a substituí-la) ("Instrução CVM 480");
- (d) no prazo de 1 (um) dia útil contado da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas;
- (e) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados das respectivas publicações, fatos relevantes, alterações estatutárias ocorridas na Emissora, editais de convocação de assembléias e atas de assembléias e de reuniões do conselho de administração que, de alguma forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, nas mesmas situações previstas e nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM 480, ou, caso ali não estiverem previstos quaisquer prazos;
- (f) na mesma data que tomar ciência da sua ocorrência, informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento;

- (g) confirmar, por escrito, ao Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva solicitação, de que está adimplente com suas obrigações, nos termos estabelecidos nesta Escritura de Emissão; e
 - (h) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, resposta a eventuais dúvidas do Agente Fiduciário sobre qualquer informação que lhe venha a ser razoavelmente solicitada, por escrito, a fim de que este possa cumprir com suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28");
- II. preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com os termos da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM 480 e das demais regras emitidas pela CVM;
 - III. divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, no prazo máximo de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - IV. manter os documentos mencionados no inciso I acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos, contados da data de divulgação;
 - V. enviar imediatamente à CETIP e demais entidades administradoras dos mercados em que as Debêntures forem admitidas a negociação, as informações divulgadas na forma dos incisos III e IV acima;
 - VI. observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM 358"), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
 - VII. divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Agente Fiduciário;
 - VIII. fornecer as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP;
 - IX. cumprir com todas as obrigações relacionadas à Instrução CVM 476;
 - X. convocar, nos termos da Cláusula 9 abaixo, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Oferta Restrita, caso o Agente Fiduciário não o faça;
 - XI. cumprir com todas as determinações emanadas da CVM inclusive o envio de documentos;
 - XII. submeter, na forma da legislação aplicável, a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM, suas demonstrações financeiras;
 - XIII. disponibilizar aos seus acionistas e Debenturistas, pelo menos anualmente, as demonstrações financeiras consolidadas previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as normas de divulgação de informações determinadas pela legislação e pela regulamentação da CVM;
 - XIV. estruturar e manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos Debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e órgão destinados ao atendimento de

seus acionistas ou contratar instituição financeira autorizada para prestar esse serviço;

- XV. cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa a capacidade da Emissora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- XVI. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas;
- XVII. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;
- XVIII. contratar e manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, a agência de classificação de risco, o banco mandatário e custodiante, a CETIP e todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures, devendo, ainda, com relação a agência de classificação de risco, (a) atualizá-la anualmente, até a Data de Vencimento das Debêntures; (b) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco; (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora; e (d) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco;
- XIX. apresentar imediatamente ao público as decisões tomadas pela Emissora com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes nos termos da regulamentação expedida pela CVM;
- XX. comunicar aos Debenturistas e demais autoridades cabíveis a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas perante os Debenturistas;
- XXI. comunicar imediatamente ao Coordenador Líder qualquer alteração relevante em sua condição financeira, societária e/ou operacional que possa afetar a decisão, por parte dos Investidores Qualificados de adquirir as Debêntures;
- XXII. não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Oferta Restrita ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM 400;
- XXIII. abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita, salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400;
- XXIV. abster-se, até o envio da comunicação de encerramento à CVM, de (a) revelar informações relativas à Oferta Restrita, exceto aquilo que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida e (b) utilizar as informações referentes à

Oferta Restrita, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Oferta Restrita;

- XXV. manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência da Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- XXVI. fornecer ao Coordenador Líder e, por 5 (cinco) anos contados da data de celebração desta Escritura de Emissão, guardar à disposição do Coordenador Líder, toda a documentação relativa à Oferta Restrita, bem como apresentá-la, no prazo de até 10 (dez) dias úteis ou em tempo hábil para cumprir com o prazo estipulado por ordem judicial, administrativa ou arbitral, ao Coordenador Líder, sempre que assim solicitada;
- XXVII. não realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários, por meio da Instrução CVM 476, no prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta, exceto se referida nova oferta for submetida a registro na CVM.
- XXVIII. efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos do inciso IV da Cláusula 8.3 abaixo, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- XXIX. aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito na Cláusula 4.1 acima;
- XXX. não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- XXXI. enviar para o sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, o relatório elaborado pelo Agente Fiduciário a que se refere o inciso XV da Cláusula 8.4 abaixo, em até 4 (quatro) meses do encerramento do exercício social ou no mesmo dia de sua divulgação pelo agente Fiduciário, o que ocorrer primeiro;
- XXXII. notificar, imediatamente, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas pela Emissora;
- XXXIII. informar à CETIP, o valor e a data de pagamento de toda e qualquer remuneração referente às Debêntures;
- XXXIV. comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
- XXXV. exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- XXXVI. observar os limites de emissão prescritos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;
- XXXVII. enviar à CVM e à CETIP, na data da primeira publicação de convocação de cada Assembleia Geral de Debenturistas, cópia do respectivo edital de convocação e da proposta a ser submetida à deliberação dos Debenturistas em tal Assembleia Geral de Debenturistas; e

XXXVIII. enviar à CVM e à CETIP, no dia em que se realizar cada Assembleia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados de tal Assembleia Geral de Debenturistas, cópia da respectiva ata de Assembleia Geral de Debenturistas.

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da emissão objeto desta Escritura de Emissão, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina na qualidade de Agente Fiduciário e interveniente, que, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Emissora, declarando que:

- I. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM 28, e demais normas aplicáveis, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-las, para exercer a função que lhe é conferida;
- II. aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- III. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- IV. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- V. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- VI. aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todos os seus termos e condições;
- VII. verificou a observância, pela Emissora, do limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;
- VIII. é uma instituição financeira, estando devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- IX. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- X. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- XI. não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- XII. está ciente das disposições da Circular n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990 do Conselho Monetário Nacional; e
- XIII. esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos.

8.2 Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:

- I. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta Restrita, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição;
- III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Emissora e aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;
- IV. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;
- V. a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, que deverá ser arquivada na JUCESP;
- VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
- VII. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Emissora não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima; ou (b) a Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima não delibere sobre a matéria;
- VIII. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Emissora e aos Debenturistas nos termos das Cláusulas 6.24 e 6.25 acima;
- IX. o Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição; e
- X. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

8.3 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade:

- I. receberá uma remuneração a ser paga, pela Emissora, em parcelas trimestrais de R\$7.000,00 (sete mil reais), sendo devida a primeira na data de assinatura da

presente Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas dos trimestres subsequentes;

- II. no caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a emissão, receberá, adicionalmente, da Emissora, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (a) execução das garantias, (b) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (c) implementação das conseqüentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por "reestruturação das debêntures" os eventos relacionados a alteração: (i) das garantias (se houver); (ii) dos prazos de pagamento; e (iii) das condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures;
- III. no caso de celebração de aditamentos à Escritura de Emissão receberá, adicionalmente, da Emissora, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações;
- IV. será reembolsado pela Emissora por todas as despesas razoáveis que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos no prazo de até 30 (trinta) dias contados da entrega dos documentos comprobatórios neste sentido, incluindo despesas com:
 - (a) especialistas, caso sejam considerados necessários em base razoável, tais como auditoria, fiscalização, ou assessoria legal ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas;
 - (b) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
 - (c) extração de certidões;
 - (d) locomoções dentro e entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentações, quando necessárias ao desempenho das funções e desde que razoáveis; e
 - (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e
- V. poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento das despesas a que se refere o inciso IV acima por um período superior a 60 (sessenta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, (a) incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas; e

(b) excluem os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação.

- 8.3.1 o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista no inciso V acima será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.
- 8.3.2 Os honorários devidos ao Agente Fiduciário, conforme descritos na Cláusula 8.3, incisos I, II e III acima serão acrescidos dos impostos a ele incidentes nas alíquotas vigentes nas datas de pagamento, tais como: (i) ISS (Imposto sobre Serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição do Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social); (iv) CSLL (Contribuição Social Sobre Lucro Líquido); e (v) IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte).
- 8.3.3 As parcelas referentes à remuneração do Agente Fiduciário serão reajustadas pela variação acumulada IGP-M a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, ou, na falta deste, ou impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão até as datas de pagamento, calculado *pro rata temporis*, se necessário.
- 8.3.4 A remuneração definida na Cláusula 8.3 acima continuará sendo devida (i) mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplência não sanada, ou, ainda, (ii) nas hipóteses de vacância do Agente Fiduciário, conforme previsto na Cláusula 8.2 acima, enquanto estiver no exercício da sua função, sendo certo que sua remuneração será calculada e devida proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário.
- 8.4 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:
- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
 - II. custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, excetuando-se as despesas de responsabilidade da Emissora, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
 - III. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
 - IV. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
 - V. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
 - VI. verificar a observância, pela Emissora, do limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima;

- VII. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima;
- VIII. promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e as averbações de seus eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- IX. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- X. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- XI. solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Emissora, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública;
- XII. solicitar, quando considerar necessário e dentro dos limites de razoabilidade, auditoria extraordinária na Emissora;
- XIII. convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas;
- XIV. comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XV. elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da Oferta Restrita ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Emissora, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora; e
 - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;

- XVI. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XV acima até 30 de abril de cada ano ao menos na sede da Emissora, no escritório do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder;
- XVII. publicar, às expensas da Emissora, nos termos da Cláusula 6.24 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XV acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XVI acima;
- XVIII. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Instituição Depositária e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, a Instituição Depositária e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- XIX. coordenar o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;
- XX. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;
- XXI. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou, ou, empregando o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma dispensar, deveria ter tomado, conhecimento, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada à Emissora, à CVM e à CETIP;
- XXII. verificar e acompanhar a obrigação da Emissora de contratar e manter contratada uma agência de classificação de risco para atualização do relatório de classificação de risco nos termos do inciso XVIII da Cláusula 7.1 acima; e
- XXIII. não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Oferta Restrita.

8.5 No caso de inadimplemento, pela Emissora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos previstos na Cláusula 6.23 acima, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, principalmente as Cláusulas 6.23, 6.23.2, 6.23.3, e 6.23.4 acima antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- II. requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento de falência, nos termos da legislação aplicável;

- III. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
 - IV. representar os Debenturistas em processo de falência ou recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.
- 8.5.1 Observado o disposto nas Cláusulas 6.23, 6.23.2, 6.23.3, e 6.23.4 acima o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos I, II e III acima da Cláusula 8.5 acima se, convocadas as Assembléias Gerais de Debenturistas, estas assim o autorizarem por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Na hipótese do inciso IV da Cláusula 8.5 acima, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.

9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

- 9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").
- 9.2 As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou pela CVM.
- 9.3 A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 6.24 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.
- 9.4 As Assembleias Gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.
- 9.5 A presidência das Assembleias Gerais de Debenturistas caberá aos Debenturistas eleitos por estes próprios ou àqueles que forem designados pela CVM.
- 9.6 Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.6.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.
- 9.6.1 Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.6 acima:
- I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
 - II. as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, quais sejam: (a) dos quoruns previstos nesta Escritura de Emissão; (b) da Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula 6.15.5 acima; (c) de quaisquer datas de pagamento ou amortização de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (d) da espécie das Debêntures; ou (e) da criação de evento de repactuação; Para os fins de apuração (i) do quorum de instalação e deliberação em qualquer Assembleia Geral de Debenturistas, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas

Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Emissora, ou a qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora, ou qualquer de seus diretores ou conselheiros e respectivos parentes ou cônjuges até segundo grau; e (ii) do quorum de deliberação em qualquer Assembleia Geral de Debenturistas, além do disposto no item (i) acima, também serão excluídos os votos em branco.

- 9.7 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.
- 9.8 O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 9.9 Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

10. DECLARAÇÕES DA EMISSORA

10.1 A Emissora neste ato declara que:

- I. é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- II. o registro de companhia aberta da Emissora está atualizado perante a CVM;
- III. está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- IV. as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes para tanto;
- V. esta Escritura de Emissão e as obrigações neles previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- VI. a celebração e os termos e condições desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações neles previstas, bem como a Oferta, (a) não infringem seu estatuto social; (b) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte; (c) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Emissora, que seja de seu conhecimento; e (d) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- VII. as informações prestadas por ocasião da Oferta Restrita e fornecidas no Contrato de Distribuição e nesta Escritura de Emissão são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;
- VIII. as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e para

aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

- IX. exceto pelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa a capacidade da Emissora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Distribuição, está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- X. exceto pelas obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa a capacidade da Emissora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, está em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;
- XI. inexistente (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que possa afetar de forma adversa a capacidade da Emissora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão; ou (ii) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão;
- XII. nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, exceto pelo registro das Debêntures junto à CETIP, o qual estará em pleno vigor e efeito até a data de vencimento;
- XIII. não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora, em suas condições financeiras ou em suas atividades, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras e informações trimestrais disponibilizadas pela Emissora à CVM e ao mercado, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- XIV. cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Distribuição;
- XV. tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, exceto se referida nova oferta for submetida a registro na CVM; e
- XVI. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé.

10.1.1 A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a reembolsar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) diretamente incorridos e comprovados

pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima.

- 10.1.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.1.1 acima, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrar-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.

11. DESPESAS

- 11.1 Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a Oferta Restrita ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, da Instituição Depositária e de prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

12. RENÚNCIA

- 12.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

13. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

- 13.1 Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1 Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.
- 14.2 A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

- 14.3 As partes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura de Emissão foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das partes e em perfeita relação de equidade.
- 14.4 Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com o disposto no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia de início e incluído o do vencimento.
15. LEI APLICÁVEL
- 15.1 Esta Escritura de Emissão é regida pelas leis da República Federativa do Brasil.
16. FORO
- 16.1 Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 18 de maio de 2010.

(As assinaturas seguem nas 3 (três) páginas seguintes).



Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Quirografárias e Não Conversíveis em Ações da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., celebrada em 18 de maio de 2010 – Página de Assinaturas 1/3.



ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

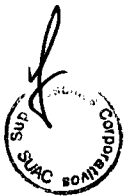
Nome:
C



Nome:
Cargo:

A handwritten signature is written over the signature line for the second signatory.

Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Quirografárias e Não Conversíveis em Ações da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., celebrada em 18 de maio de 2010 – Página de Assinaturas 2/3.



OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.



Nome: Mauricio Nicodemos
Cargo: RG: 22.539.541-1
CPF: 301.468.238-18

Nome:
Cargo:





Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Quirografárias e Não Conversíveis em Ações da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., celebrada em 18 de maio de 2010 – Página de Assinaturas 3/3.



Testemunhas:

Nome: RODOLFO LATININI NETO
Id.: 4375.413
CPF/MF: 694.259.708-59

Nome: _____
Id.: _____
CPF/MF: _____